



5. A Mulher Alagoana na Primeira Republica: Histórias de Silêncio e Dor*

Ulisses Neves Rafael^I

O presente artigo busca realizar uma reflexão sobre o papel e o lugar da mulher alagoana nos primeiros anos do Século XX, tal como retratada na imprensa da época. Trata-se, portanto, de uma leitura histórica de caráter mais empirista, pautada, basicamente nos dados disponibilizados pelos jornais de Maceió, publicados entre os anos de 1900 e 1912. A princípio o que ressalta das coleções consultadas é o aniquilamento social da mulher naquele contexto específico, cuja identidade está atrelada à presença masculina e aos laços afetivos e familiares que com eles conservavam. Exemplo disso são as notícias sobre casamentos, quando as noivas aparecem associadas aos nomes dos pais, revelando assim, o grau de patriarcalismo a que se viam submetidas essas mulheres desde tempos remotos. Desnecessário lembrar, também como reflexo dessa tradição, que essas uniões não passavam de arranjos familiares que visavam selar alianças políticas.

This article seeks to develop a reflection about the role and place of women in Alagoas in the early years of the twentieth century, as portrayed in the press at the time. It is, therefore, an empirical historical reading, based primarily on data provided by Maceio newspapers, which were published between the years 1900 and 1912. The principle that highlights the collections consulted is the social annihilation of women in that specific context, whose identity was tied to her previous family's name and to the man who she was married to. An example of this situation are the news about weddings, where brides appear associated with the names of their fathers, thus revealing the degree of patriarchy that these women found themselves subject since ancient times. Needless to recall, also as a reflection of that tradition, that these unions were simply family arrangements that were intended to seal political alliances.

Nos primeiros anos do século XX a mulher alagoana não existia, pelo menos na imprensa sua presença era quase nula. Nos jornais pesquisados entre os anos de 1900 a 1912, principalmente A Tribuna, onde se divulgava o expediente do Governo do Estado no período, chegam a ser vergonhosas as referências a esse sexo. Exemplo disso são as notícias sobre casamentos, publicadas na coluna “Festas do lar” quando as noivas aparecem associadas aos



nomes dos pais, revelando assim, o grau de patriarcalismo a que se viam submetidas essas mulheres desde tempos remotos. Desnecessário lembrar que, também como reflexo dessa tradição, que essas uniões não passavam de arranjos familiares que visavam selar alianças políticas.

O mesmo se verifica com relação às datas de aniversário, quando então, os nomes dos maridos e não mais apenas o dos patriarcas, eram acionados para identificar a homenageada. Em raríssimas situações, elas mesmas eram citadas. Quando isso ocorria, sua condição social de esposa, mãe ou filha de alguma celebridade local, influenciava na obtenção desse privilégio. Esse era o caso, por exemplo, das menções anuais que a primeira dama Maria Ribeiro, esposa do Governador do Estado Euclides Malta, por ocasião dos seus aniversários.

Vale salientar que geralmente a intenção do colunista era muito mais a de afagar o ego dos “donos” dessas mulheres, do que necessariamente homenageá-las. Sobre essa mulher especificamente, convém esclarecer que, além de ser casada com um dos homens mais poderoso naquele momento, era também filha de uma das figuras políticas mais importantes do período, o Barão de Traipu, responsável pela ascensão política de Euclides Malta, que segundo seus adversários políticos se utilizara dessa aliança matrimonial para alcançar seu intento.

Gilberto Freyre, no capítulo referente à ascensão do bacharel e do mulato faz menção a essa possibilidade reservada aos jovens doutores, no caso, o casamento com uma moça rica ou de família poderosa, o que garantia, inclusive a alguns moços inteligentes, mas pobres, o ingresso na carreira política. Muitos deles chegaram a ser deputados e até mesmo ministro do Império. Euclides Malta apesar de proceder de um reduto econômico mais favorável, não recusou as vantagens que uma aliança dessa natureza lhe proporcionaria, entre as quais, o papel de genro conselheiro, função tão prestigiada nesse processo de ascensão política dos bacharéis dentro das famílias, conforme atesta o próprio Freyre:

Se destacamos aqui a ascensão dos genros é que nela se acentuou com maior nitidez o fenômeno da transferência de poder, ou de parte considerável do poder, da nobreza rural para a aristocracia ou a burguesia intelectual. Das casas-grandes dos engenhos para os sobrados das cidades^{II}.



Voltado ao tema das mulheres e resistindo a não cair numa história dos homens, convém destacar que em duas situações especiais, se faz referência às mulheres nesses jornais: quando do seu nascimento, ocasião em que de certo modo a sexualidade do indivíduo está neutralizada, ou quando da morte de alguma matriarca, cujo passado ilibado é enaltecido como justificativa para sua aparição naquelas páginas e como exemplo a ser seguido pelas que continuavam vivas.

O espaço reservado à mulher na Maceió daqueles primeiros anos do século XX se reduzia aos domínios da casa e da Igreja, ou seja, ambientes de intimidade e reserva. Alias, diga-se de passagem, mesmo quando se tratava da organização das festas religiosas, a participação das mulheres estava submetida à supremacia masculina. Um caso ilustrativo disso que estamos dizendo, pode ser constatado na relação de juizes e juizas chamados a servir na festa de São Gonçalo, realizada no Alto do Jacutinga, em 1909, da qual constam os nomes de alguns dos homens mais ilustres da sociedade local, sendo que, quando se trata de relacionar os nomes das juizas protetoras e por devoção, novamente as mulheres estão associadas aos nomes dos seus respectivos consortes. Estamos convencidos de que, quando o próprio nome de uma delas aparece, isso se dá em função da sua condição de solteira ou de viúva.

O espaço da rua e da política eram ambientes eminentemente masculinos. Utilizando-se ainda da crônica jornalista, podemos nos referir a duas situações exemplares em que a participação da mulher alagoana era quase nula. Trata-se do carnaval, espaço privilegiado para compreensão do ethos de uma sociedade; e a vida política.

Sobre o primeiro item, temos o registro precioso do que teria sido essa festa na primeira década do século passado, através da coluna publicada pelo mesmo jornal a que já fizemos menção, intitulada, *Mascaras e Mascarilhas*, que fornecia aos seus leitores uma crônica dos acontecimentos que se sucediam nos dias que antecediam a festa e durante os quatro dias de Momo.

Entre os inúmeros blocos que tomavam a cidade de assalto, vindos dos mais diversos pontos da cidade, poucos eram aqueles integrados por mulheres, entre eles o jornal cita o club dos feras que, de feras só tinha o nome, já que compunha-se de “gentis senhoritas”^{III}; o club Estrella d’Alva, “um grupo selecto onde as cabeças loiras são outras tantas estrellas brilhantíssimas”^{IV}; o club das caboclinhas, que segundo o colunista Folião Folia, naquele ano



de 1907, estava fazendo “um ruído de moer a gente dengosa do Alto do Jacutinga. É um peneirar acetinado, em que se desmancham o porte elegante e os ademanos sedutores das formosas dançarinas”^V; as Japonesas, Caboclinhas e as Camélias. No mais, a participação das mulheres nesses festejos, pelo menos daquelas que pertenciam a elite local, se reduzia às soirrées e aos bailes masques, realizados inicialmente nos salões das melhores famílias e, mais tarde, em algumas das principais sociedades alagoanas, como a Therpsychore, a Heliotropia e a Phenix Alagoana. No caso desta última associação, o baile era precedido de um desfile de carros alegóricos, que no ano de 1902, trouxe entre os destaques a mulher, cuja presença não passou despercebida ao editor d’A Tribuna:

Vimos igualmente Marie Annette, trajando riquíssima phantasia, a qual percorreu diversas ruas em luxuosos carros ladeado por um esquadrão de garbosos cavalheiros, que distruíam o primeiro número d’o feministas, jornal dedicado a emancipação da mulher do século XX^{VI}.

Contudo, a presença dessas mulheres nas manifestações de rua durante o carnaval era quase que totalmente vedada, sob a justificativa de que o entrudo, tipo de divertimento proibido por lei em função dos seus efeitos perniciosos, embora bastante cultivado naquele período “por rapazes menos prudentes”^{VII}, se constituía numa grave ameaça as famílias de bem e, portanto, não recomendável as senhoras e senhoritas de fino trato. Quando o entrudo arrefecia no centro da cidade, algumas delas podiam transitar “ao longo das ruas ajardinadas em alegres e sacudidos devaneios”, “trajandotoilletes simples e claras” ou “chapeos phantasia”. Sempre acompanhadas dos seus pais e maridos^{VIII}. Ou então, se divertiam com as batalhas do confetti, da serpentina e da bisnaga, “decente meio de conservar a tradição de um brinquedo de mau gosto e que deixou sempre tristes recordações^{IX}”. Tudo isso, sem precisarem sair de casa, já que faziam uso desses divertimentos nas janelas dos sobrados onde residiam, desde que situados nas ruas onde acontecia a folia.

Enfim, as mulheres, sequer integravam as listas de nomes das comissões responsáveis pelos festejos carnavalescos, as quais eram compostas por foliões de famílias respeitáveis de cada bairro, que se encarregavam de atividades como ornamentação dos carros alegóricos e de críticas, e decoração das ruas. Provavelmente eram as esposas, irmãs e filhas desses notáveis, que se incumbiam dessas tarefas, haja vista serem elas que tradicionalmente desenvolviam trabalhos dessa natureza. Contudo, também nesse caso, seus nomes foram mais uma vez



esquecidos^X.

No campo da política, não poderia ser diferente. Entre as tantas listas divulgadas de associações civis, de ocupantes de cargos públicos; dos membros do Partido Republicano do Estado, o único que por durante muito tempo dominou absoluto naquele contexto; ou de comissões eleitorais, nenhuma delas consta o nome de uma mulher sequer. Somente por volta do final de 1911 é que se tem notícia da participação de senhoras em organizações dessa natureza, as quais em numero significativo, engrossaram as fileiras do Partido Democrata, em apoio à candidatura do Coronel Clodoaldo da Fonseca, que viria a substituir o Governador Euclides Malta, depois de uma longa permanência desse político no poder:

Há coisas que, por sua magnificência, por seu esplendor, quase não podem ser descritas. A esse numero pertence certamente a manifestação que as distintas senhoras e senhoritas do independente bairro do Jaraguá fizeram ante-hontem a redação do Correio [de Maceió] aplaudindo as candidaturas aclamadas pelo Partido Democrata^{XI}

Outro espaço privilegiado para acompanhamento da atuação feminina na Maceió da primeira república é o das publicações voltadas para o público feminino ou que comportavam em suas páginas, escritos de mulheres. Estamos nos referindo especificamente ao Almanach Litterario Alagoano, que como o próprio nome diz, trata-se de uma publicação que trazia uma seleção de textos literários escolhidos, entre poesias, contos, e crônicas escritas por autores alagoanos e de outras localidades, além de conter indicações variadas de utilidade pública. Seu primeiro número, organizado sob a batuta de Torquato Cabral, foi apresentado ao publico em 1899, com indicações para o ano de 1900, tendo ainda sido publicado pela segunda e definitiva vez, no ano seguinte, sem que tivéssemos uma explicação para os motivos dessa interrupção.

Como em outras publicações dessa natureza, os assuntos contidos ali giravam em torno de temas da história, homenagens a literatos de grande projeção no local ou no país, desde que de procedência alagoana, notas e recados, calendários contendo as principais datas cívicas e religiosas e as principais estatísticas do Estado.

Interessante notar que no item “Notas e Recados”, eram comentados os resultados dos trabalhos enviados pelos colaboradores até o mês de setembro do ano anterior e que, portanto, haviam sido selecionados para constar na publicação daquele ano. Sob este aspecto, com



relação à participação das mulheres, ao contrário do que possa parecer, todos os trabalhos por elas enviados, receberam comentários elogiosos, ao contrário de muitos homens, que foram dissuadidos em suas incursões pela literatura autoral. Temos a seguir os comentários sobre alguns dos trabalhos selecionados, escritos por mulheres, que nesse primeiro número participaram efetivamente como colaboradores, perfazendo um total de 13 escritoras:

Violeta (Maceió) Tão inspirada achamos a produção – o Guarany – que V. Exc. Publicou, há alguns anos, no excelente jornal, hoje infelizmente extinto, que não podemos resistir ao desejo de transcrever-a em o nosso modesto anuário, na esperança de que V. Exc. Saberá compreender o sentimento de nos dictou tamanha liberdade.

D. Rozalia Sandoval: (Villa do Parayba). Agradecer-nos, quando tão gentilmente acode ao nosso apello, contribuindo para enriquecer esse livrozinho com duas brilhantes notas das muitas que fulgem no escrínio do cabedal literário de V. Exc.?

Não!...

A nós é que assiste o dever de manifestar a V. Exc. As expressões do nosso agradecimento pela subida honra que nos dispensou.

D.A Leite: (Porto de Canoas) com especial agrado acolhemos a mimosa poesia de V. Exc. E esperamos continuar a merecer tão valiosa colaboração.

Em alguns desses casos, não podemos distinguir o gênero da pessoa referida, podendo se tratar de um homem que usa o pseudônimo feminino ou vice-versa, ou ainda só as iniciais do seu nome, só sendo possível identificar-los por alguns expressões contidas no comentário ou pelo teor do trabalho publicado, o que só é possível depois quando em contato direto com os mesmos. Vejamos os casos a seguir:

Alm. Leite(Maceió): a sua caridade, em forma de anjo, vai por ahi, além, se anunciando

M. Brandão(Entre Montes): .Captivos da gentileza com que correspondeu ao nosso apello, temos a satisfação de offerecer a leitura pública o seu trabalho subordinado à epigraphe de solteirona



E. G.: Tudo quanto nos mandou revela o talento da autora, a quem fazemos votos para assim prosseguir. De suas novíssimas só uma não pode ser publicada, cremos saberá a causa. Portes Auvertes.

Não realizaremos aqui, a uma análise do conteúdo geral do Almanach, já que com todas as publicações desse gênero, contém os mesmos assuntos. Passemos, portanto, para a parte literária, onde mencionaremos apenas aqueles trabalhos de autoria feminina, fazendo também menção, aos escritos em que a mulher é objeto de contemplação e inspiração do autor. Começemos, pois, pelos pensamentos, por serem mais curtos e não exigirem tanta elucubração:

O homem reabilita-se pelo campo de batalha, a mulher pela maternidade(Carmem Sylva)

Um beijo é muitas vezes a esmola, que uma mulher faz a uns lábios lisongeiros; outras, um pedaço d'alma que lhe escapa pela bocca. No primeiro caso, o homem é a vítima; no segundo é-o a mulher(H. P. Eschrich).

Temos nesse caso, dois pensamentos que apesar de escritos por pessoas de sexos distintos, traduzem uma mesma idéia, a de que a imagem da mulher se constrói numa oposição a do homem, sendo que àquela, cabem os atributos mais domésticos, e quando não, outros adjetivos etéreos e líricos, aos quais está sujeita a mulher, no jogo de poder com o homem. Temos ainda um outro pensamento, também escrito por uma mulher, que nesse caso, reúne alguns atributos sensuais associados a esse sexo: O olhar da mulher que ama é um estímulo, o sorriso é uma promessa, o beijo é uma sensação(Izabel Triste).

Mas o pensamento feminino da época, se evidencia mais, quando temos a oportunidade de analisar um texto mais longo, como é o caso da crônica a seguir, escrita por Rosalia Sandoval, ao que tudo parece, uma importante escritora do período, haja vista sua efetiva participação nessa e em várias outras publicações da mesma natureza:

Considerações



Não posso definir o que sinto ao penetrar n'essas capelas afastadas dos rumores do mundo!

Parece-me, n'esses momentos, que tudo que me cerca tem alguma coisa de transferência do céu.

Ahi, onde não chegam as ambições da sociedade, onde a modéstia impera e o único adorno da salinha pobre é uma redoma de virgem enfeitada de assucenas, é que eu sinto uma consolação terníssima, um bem estar difícil de explicar.

Essas casinhas de campo isoladas e frescas, respirando pobreza e candura, têm para mim não sei que mystico atractivo que impressiona-me! Nada me aconchega mais o espírito do que estas scenas bucólicas que têm expressão das cousas innocentes ...do coração a acarinhar a pálida esperança.

Felizes os que vivem n'essas cabanas afastadas dos rumores do mundo!

Feliz o camponez que, ao toque do ângelus, regressa ao modesto lar, satisfeito e tranquillo, contemplando ainda longe o perfil da esposa que o espera no humbral da casinha de palha para a frugal refeição da tarde!

Felizes! Verdadeiramente felizes os que vivem no infimo degrau da escada social, que não têm para onde descer nem os inquieta a esperança de subir!

Contudo a parte mais consistente do material reunido são mesmo as poesias. A seguir relacionaremos algumas delas, obedecendo o mesmo critério com que mencionamos os comentários sobre os trabalhos enviados, ou seja, citaremos as poesias de mulheres, ou aquelas que, mesmo escrita por homens, tem naquele sexo sua fonte principal de inspiração, inclusive, manifestando um tipo de impressão sobre a mulher que povoava o imaginário masculino.

A mulher

Para que a mulher seja perfeitamente bella, deve ter:

Três cousas alvas: a tez, os dentes e as mãos

Três negras: os olhos, as sobrancelhas, e as pestanas

Três roseas: os lábios, as faces e as unhas



Três longas: O corpo, os cabelos, e as pestanas
Três largas: o peito, a fronte e as espáduas
Três estreitas: a bocca, a cintura, e o terço inferior da perna
Três arqueadas: o talhe, o nariz, as sobrancelhas
Três redondas: o seio, o pescoço e o queixo
Três pequenas: o pé, a mão e a orelha
Helena reuniu todas essas condições de bellezza
(Guiomar Torrezão)

Apesar do nome com o qual se assina o trabalho, não é difícil supor tratar-se de um homem que, nesse caso, coloca-se na cômoda condição de juiz que julga a beleza feminina e estabelece critérios estéticos daquilo que para ele comporia o perfil ideal de fêmea, algo semelhante ao que ainda hoje assistimos, quando não se espera dos homens tanto cuidado com a beleza quanto das mulheres, que devem ser sempre magras e bonitas, sob o risco de não atendendo a tal exigência, pagar o preço da solteirice e da solidão.

A próxima poesia, apesar de escrita por uma mulher, a mesma Rosália Sandoval a quem fizemos menção acima, tende a reproduzir esse modelo de dependência feminina, da presença masculina. Enquanto que acima, o poeta estabelece os critérios da mulher ideal, no caso seguinte, a mulher tem a sua existência condicionada à do homem, como se na sua ausência estivesse condenada a vegetar, mesmo que semelhante a um arbusto de flores.

Viúva

No divan malva e ouro a alva duqueza
...o busto comprimido em seda preta...
contemplava o lilaz e a violeta
que se abriam na jarra japoneza
O seu olhar altivo de princeza
Buscava no salão opallejado
Os reflexos dourados de um passado
Cheio de felicidade e de nobreza
Mas tudo já vai longe! Em revoadas
Foram-se as alegrias perfumadas
Sem chinellas louras e falazes



E ella olhando as flores: - Deus bondoso

Quizera ter ainda um esposo

Ou vegetar assim como os lilazes!

(Rosalia Sandoval)

Mas em nem todos os casos, o papel assumido pela mulher como poetisa, passa por essa subserviência ou por qualquer tipo de lamentação por sua condição feminina. Em alguns casos, observamos uma certa indignação que se manifesta tímida e sutilmente como cabia à época e ao ambiente, sobretudo para se fazer publicar naquele tipo de órgão informativo, que aliás, devia ter como critérios seletivos, o grau de ajustamento dos escritores ao costumes vigentes. No caso a seguir, observamos uma pequena ponta de insatisfação por parte da autora, mas que se revela de uma maneira aceitável.

Tudo Mentira

O pranto mente em lagrimas desfeito

Mente e o sorriso em nossos lábios..., mente

Um volver d'olhos namorado e ardente...

Mente o suspiro que soluça no peito

Ao engano, à mentira está o sujeito

O nosso próprio bem...nossa alma sente

A mentira n'um ai...gemidamente...

-onde há dois corações – um é suspeito!

Hosanas cante o mundo à fé perdida,

Serei paria da vida...serei louca,

Mas de tal modo não serei escrava

Temos ainda uma última poesia que apesar de não ser muito reveladora da mentalidade feminina da época, pelo fato de ter sido escrito por uma mulher merece registro:

A Jornada

Infância! Trilha doce em farta messe

De rosas, cheias de aves multicores



*Onde, do sol aos últimos fulgores
No regaço materno se adormece
Adolescência! O mundo que parece
Um perene jardim de eternas flores
Em que entre sonhos, pressentindo amores
O som do baile se mistura a prece
Mocidade! Luz plena! O céu na terra!
A vida intensa! Amar e ser amado!
Eis a maior das bem aventuranças!
Velhice! Outra avalanche que soterra
Em densíssima trova illimitada
Illusões, devaneios, esperanças...
(D. Adelina Lopes Vieira)*

Na edição seguinte do Almanach não verificamos muita alteração com relação ao número anterior. O número de colaboradoras diminuiu, no entanto temos mais trabalhos publicados do que da vez anterior. Nesse segundo volume, são onze o número de mulheres que colaboraram com trabalhos, alguns desses, em forma de charadas, tipo de adivinhação comum nesse tipo de publicação e que aqui não iremos considerar como produção literária. Também não tivemos a preocupação de relacionar a grande maioria dos trabalhos escritos por mulheres, haja vista a manutenção do estilo que pouco mudou de um ano para o outro. Contudo dois desses trabalhos nos chamaram a atenção em particular, uma crônica, intitulada Íntimas, escrita por uma mulher que assinou o trabalho com o pseudônimo de Magnólia, numa tentativa de sutilmente escapar de ser identificada num texto tão marcadamente homossexual; e uma das tantas poesias enviadas naquele ano por Rosalia Sandoval, e que apesar de bem curto, guarda também alguns traços de lesbianismo.

Íntimas (À amiguinha Maria Marques)

Não queira que eu sorria quando tenho a alma mergulhada n'um mundo de desilusões. Quando estamos alegres, quando as nossas illusões são doces, azues como revoadas de pintasilgos quando nos passam pelos olhos com as azas entreabertas, devemos sorrir, sorrir com os lábios e não com o coração.



Ahi ainda tudo é sonho apenas; deixa que a alma ande a procura de luzes e depois então virá a realidade.

Sim! É preciso sonhar-se com o paraíso ao mesmo tempo que temos o inferno debaixo dos pés; é preciso confundir a tristeza com o prazer porque a vida é sempre um verdadeiro contraste.

Temos sonhos tristes quando estamos alegres, sonhamos coisas boas quando temos no cérebro um verdadeiro chão e no entanto, desanimamos quando temos a alma a transbordar de seiva.

Quando o coração está repleto de luzes a alma fluctua nas trevas e n'este santo enlevo, vivemos sempre da duvida para a certeza e vice-versa.

E se os meos risos já extinguiram-se, se os meus lábios já não tem a cor da rosa purpurana é porque meu coração está invadido de lagrimas. (Magnólia, Julho, 2, 1900)

Conceito

Perdoa a rude franqueza

De um coração já sem vida

Mas que morreu palpitando

Só por ti, mulher querida.

Na seqüência desse tipo de publicação, vamos encontrar O Almanack Alagoano das Senhoras, se nos apresenta como um importante documento histórico para se compreender os mecanismos através dos quais se constituía a mentalidade da época, mais especificamente entre o segmento feminino, já que se constituía num dos poucos instrumentos de informação acessível às mulheres daquele período, além dos circuitos de relações sociais representados pela família, vizinhança, trabalho e igreja.

A edição a que estamos nos referindo, publicada em 1903, é a única disponível para consulta, já que as duas outras anteriores não foram encontradas em nenhum dos institutos de pesquisa de Maceió, o que nos faz pensar que, ou sua edição foi muito limitada, a ponto de ter rapidamente se esgotado entre algumas poucas consumidoras, ou a qualidade do material utilizado não permitiu que algum volume sobrevivesse a condições adversas de conservação.



O volume em questão, editado nas oficinas da livraria Fonseca e organizado sob a batuta de Luiz Lavenere, um importante jornalista local que mais tarde iria assumir a direção geral de um dos principais órgãos informativos da capital, o jornal O Evolucionista, se propõe a fornecer uma série de informações de cunho literário, histórico e estatístico para o ano de 1904.

Seu formato econômico lembrava os antigos missais, ate aquela época, um dos poucos materiais impressos permitidos ao manuseio de mulheres, já que ate o acesso a literatura em voga no período devia estar vedada a esse segmento. É verdade que alguns dos principais jornais em circulação na cidade traziam em suas paginas, a publicação de romances, contos e crônicas de autores consagrados, na forma de folhetins. Mas, a quantas mulheres a leitura desse material era permitida? Daí, é possível supor que a escolha por esse tipo de formato, alem de facilitar o manuseio, podia ter a intenção mesmo de confundir tal publicação com aquele tipo de material religioso, a ponto de, inclusive, poder ser consultado durante as arrastadas e tediosas cerimônias eclesiásticas. É certo que, pela credibilidade que os responsáveis por esse tipo de trabalho desfrutavam na comunidade, não havia por que as famílias temerem sua utilização por parte das suas filhas e esposas, porem, como veremos adiante, algumas informações ali contidas, poderiam suscitar algum tipo de cuidado dos pais, maridos e irmãos, já que se tratava de assunto ainda pouco digerível numa sociedade tão provinciana como era Maceió na primeira década do século XX.

Quanto ao conteúdo, esse almanaque de 1903, faz logo nas suas primeiras paginas uma homenagem a duas senhoras da sociedade local, as quais, a julgar pelo espaço que lhes foi concedido na obra, nos faz supor que se tratavam de pessoas importantes e de grande projeção naquele contexto sócio-cultural. Estamos nos referindo as Senhoras Maria Juca Moreira Lima, cujo sobrenome permite-nos perceberem tratar-se de uma integrante de uma importante família local, de cujo seio sairia um importante político de Maceió, no caso Moreira Lima, que exerceu o mandato de prefeito por volta de 1927 e deu nome a uma das principais ruas da capital, a antiga do Açougue, também denominada Primeiro de Março; e D. Rita Coutinho de Moraes.

A primeira delas é apontada como uma reconhecida poetisa, habituada a publicar seus trabalhos em verso e prosa, nos principais jornais locais, entre eles o Gutemberg, Diário da Manhã, Lampadorama, Echo Maceioense e, no Rio de Janeiro, o Jornal de Modas e A



Semana, dos quais foi colaboradora. Alguns dos seus trabalhos também se tornaram conhecidos por constarem da publicação do próprio Almanack. Contudo, ha que se ressaltar que, como em inúmeros outros casos, onde se faz referencia a participação da mulher na vida social, a condição a que está relegada e que possibilita a menção ao seu nome, é a de falecida. Na época, nossa poetisa, já não pertencia mais a esse mundo, desde o dia 03/04/1895, ou seja, era preciso estar morta pra se ter algum tipo de reconhecimento, como se seus memorialistas folgassem com esse acontecimento fatal da vida das mulheres.

No caso da D. Rita Coutinho de Moraes, apesar de ainda viva na época em que a homenagem lhe é prestada, é por seus dotes de esposa e mãe, provavelmente conformada ao papel que lhe havia sido emprestado pela sociedade envolvente e que ela certamente desempenhou com toda virtude, que ela mereceu ser lembrada.

Depois das homenagens introdutórias, o Almanack se dedica a crônica dos principais acontecimentos políticos e sociais verificados no semestre imediatamente anterior. Temos então a análise de alguns “acontecimentos que deixaram maior impressão no espírito publico”, no campo da política, da economia, da imprensa, da cultura, da religião, da educação, principais obras realizadas pela administração em exercício, repartições publicas existentes, associações, e estatísticas do ano findo.

Vale salientar que, em todos esses campos a mulher quase que não aparece. Trata-se de situações em que a atuação dos homens é que desponta como força propulsora. Uma das poucas ocasiões em que a mulher referida, é no quesito “educação”, assim mesmo de uma maneira bastante singular, como na citação que segue: “Em 1902 existiam 253 escolas primarias, sendo 34 de sexo masculino e somente 30 regidas por homens”. Ou seja, apesar das mulheres serem maioria em termos de freqüência nos cursos primários, além de também serem numericamente superiores na direção da instrução publica, o gênero feminino sequer é mencionado. É certo que na seqüência, localizamos uma menção a esse sexo, feita por Euclides Malta, na época o Governador do Estado, mas como veremos a seguir, ressaltando as aptidões da mulher para esse tipo de atividade, por uma condição de domesticidade tradicional:

A tendência entre nos e entregar o ensino primário a mulher não só por suas naturaes aptidões para educador da infância, como também porque se tem considerado (...) que a escola primaria eh e deve ser a continuação



do lar, onde a mulher executa prodígios para educar physica, moral e intelectualmente os filhos seus e mesmo os de outrem, que lhe são entregues^{XII}.

Ou seja, que se reservasse um espaço para a mulher no mundo do trabalho, fora de casa, porém, que essa atividade fosse a extensão do que ela já estava habituada a realizar no âmbito doméstico. É certo que no campo da instrução privada, algumas mulheres dividiram com os homens a direção de alguns dos principais estabelecimentos de ensino da capital, como é o caso das senhoras Rita de Souza e Cecília Silva, diretoras do Colégio Pathernon e de D. Anna Prado, do Colégio Coração de Jesus. Aqui também, a tendência parece se repetir, já que a prioridade dessa modalidade de ensino secundário esteve reservada majoritariamente a eles. Isso nos faz pensar que a tendência a maior privação ocupacional da mulher no mundo da rua, passa inicialmente por uma decisão do Estado que, sob esse aspecto é mais benevolente com os homens, já que destina a esse sexo a exclusividade do ensino nos estabelecimentos públicos de instrução secundária.

Quanto à clientela, pelo menos no Liceu Alagoano, criado por lei n. 106 de 5 de maio de 1849 e um dos poucos estabelecimento público de instrução secundária de Alagoas, além de 3 cadeiras avulsas na cidade de Penedo, a maior frequência era predominantemente masculina, embora entre os alunos da Escola normal, criada por lei n. 424 de 18 de junho de 1864 para a aprendizagem de primeiras letras e instalada aos 9 de junho de 1869, constassem um número significativo de mulheres, as quais assistiam as matérias de aritmética, noções de geografia e de história do Brasil, no liceu, onde eram ensinadas. Lembrando, no entanto, que até a instalação da Escola normal, as alunas aspirantes ao professorado habilitavam-se nas escolas práticas para o sexo feminino. Os homens pouco frequentavam este estabelecimento, sobretudo naquele ano de 1902, devido à facilidade em obter o diploma de habilitação no curso preparatório. Havia ainda na capital quatro colégios particulares, em sistema de internato e externato, sendo dois para o sexo masculino e dois para o feminino, a saber: o de s. Domingos e São José, inaugurado em 1871, o de Nossa Senhora da Conceição e o de Santana. Havia ainda o de Nossa Senhora da Conceição na cidade de Penedo para o sexo masculino, mas que fechou suas portas no mesmo ano de 1871^{XIII}.

A mulher também não integrava o grosso das associações existentes na capital de Alagoas. Temos notícia da existência no período em tela, de uma série de organizações dessa natureza, desde as literárias e científicas, até as recreativas, passando pelas sociedades agrícola,



comercial, maçônica, espiritualistas, todas, reduto exclusivamente masculino. Em apenas uma dessas, as mulheres parecem participar, no caso, as associações religiosas, mais especificamente, o Apostolado do Coração de Jesus e a de Nossa Senhora das Vitórias.

Mais havia outros ramos profissionais em que a atuação da mulher era destacada. Por exemplo, quando se refere à Empresa Telefônica, o Almanack faz lembrar que sua concessionária, D. Elia de Souza Leite é a primeira mulher a possuir uma empresa do Estado. Não temos notícia se esse processo se desenvolveu como resultado de uma transmissão por herança, de qualquer modo deve ser destacada a ênfase sobre essa particularidade.

Outra situação em que as mulheres têm seus nomes citados é no item “Indicador Profissional”, onde destacam-se, além das já citadas atividades de direção educacional e de docência, outras profissionais como modistas, doceiras, floristas e telefonistas.

Existe ainda o “Indicador Comercial”, com destaque para as proprietárias de lojas de fazenda, tais como a viúva Prado, D. Josepha Zanotti, D. Maria de Souza e D. Luiza Souza; uma proprietária de armazém de molhados, a Sra. Thereza de Azevedo e de padarias, como as senhoras Maria Brasileiro e a viúva Duarte.

Isso sem contar o “Calendário Natalício” que, traz a relação de uma grande quantidade de nomes de senhoras, supostamente de classes mais abastadas, com as respectivas das dos seus aniversários. Convém destacar que, ao contrario daquelas mulheres que constam das notas policiais, cujos sobrenomes, em sua grande maioria adquiridos numa homenagem prestadas pelos pais a alguma santa muito venerada no local, como Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora dos Prazeres, Nossa Senhora das Graças, entre outras, essas mulheres ditas “da sociedade” carregam o peso dos nomes dos maridos e pais, como passaporte para o reconhecimento na vida social do lugar.

No que se refere à literatura, temos no Almanack a publicação de uma serie de trabalhos escritos por mulheres ou para mulheres. Trata-se de contos, crônicas e principalmente poesias, escritas por homem para homenagear suas musas e pelas próprias mulheres. É possível que algumas dessas poesias tenham sido publicadas com pseudônimos, inclusive masculinos, um recurso passível de ser utilizado pelas mulheres receosas de enfrentar represálias da família.

Mas é para o campo das crônicas que nossa atenção deve estar voltada. Interessante perceber que, sob esse aspecto, grande parte do material publicado foi retirado de outras fontes,



algumas estrangeiras, escritas por mulheres sobre a situação do feminismo no mundo. Temos os casos da Senhora Lera, que publicou na revista francesa *Reforme Sociale* o artigo que foi traduzido como “A mulher na Inglaterra”, tema esse que se repetia em outras publicações pelo mundo afora, tais como a Suécia, pela Madame Gabriella Rangertz, na Austrália, pela Mrs. Hirst Alexandre, na Argentina, “Educação Feminina”, no México, “A instrução da Mulher”, este, escrito pelo editor da revista *El Bien Social*, na Itália, na Alemanha e na Turquia. Em alguns dos casos, o material era publicado no vernáculo em que fora escrito, o que nos faz supor ser bastante elevado o nível intelectual das leitoras alagoanas, pelo menos no que diz respeito ao domínio de línguas estrangeiras.

Já que o tema do feminismo, ou pelo menos da condição da mulher em outros países ocupa parte significativa do Almanack, convém tecer aqui algumas considerações rápidas a guisa de conclusão desse artigo. Ora se as mulheres naquele período, já tinham acesso às transformações pelas quais o mundo feminino vinha passando lá fora, é de se supor que, pelo menos em alguns dos espíritos mais arrojados da época, essas idéias repercutissem com mais ênfase. Como então permanecer na mesma situação imposta por um padrão de vida provinciano, quando em outros locais as mulheres vinham realizando tantas conquistas? É certo que, o peso da tradição e até a arrogância da autoridade patriarcal inibisse as mais tímidas, mas certamente, uma ou duas mais afoitas certamente, alimentaram o desejo de questionar as normas sociais e assumir os destinos de suas próprias vidas.

Outro campo onde a presença das mulheres era constante, embora bem menos favorável à sua imagem, era o das colunas policiais. Os jornais consultados no período entre 1900 e 1912, por exemplo, reservavam na coluna Notas policiais do jornal *A Tribuna*, a divulgação dos nomes das pessoas e o motivo pelo qual tinham sido presas, entre as quais sempre constava alguma mulher. Dentre a grande variedade de crimes ali referidos, uma das modalidades que nos chamou a atenção em particular, foram as “detenções para averiguações policiais”.

Foi sob essa denominação que encontramos, muitas vezes, as justificativas para a detenção de pessoas que, por sua condição social, se aproximam daquilo que se convencionou chamar de “classes perigosas”, ou seja, toda a malta de vagabundos, gatunos, prostitutas, jogadores e pessoas ligadas ao xangô, que e o nome pelo qual em Alagoas ficaram conhecidos os cultos afro-brasileiros. Essas categorias contravencionais receberam por parte da polícia uma atenção redobrada no período em discussão^{XIV}. Detenhamo-nos sobre a situação das



mulheres, assunto de que vimos nos ocupando. Na coluna a seguir, temos uma idéia de como o fato era noticiado:

O zeloso sub-commissário de polícia do Alto do Jacutinga fez ante-hontem uma limpa em seu distrito policial, prendendo os seguintes indivíduos que viviam (...) em uma jogatina desbragada, alguns dos quais são desconhecidos e desordeiros: Ricardo Mathias dos Santos, José Barbosa dos Santos, Pedro Manoel Meneguba, Francisco Amaro e Souza, Valdevino Manoel da Silva, José Gomes Barbosa (por desconhecidos), Francisco Lourenço dos Santos, Manoel Agostinho do Nascimento (por desobediência) e Guilhermina Maria da Conceição, que foi presa para averiguações policiais^{XV}

Muitas das acusadas que foram enquadradas nessa categoria de ilícito, além da pecha de vagabundas, recebiam uma série de outras denominações, aplicadas às suas atividades pouco honrosas. Podemos destacar os seguintes termos: messalina, horizontal, vadia, meretriz, mulher de vida livre, mulherzinha da pá virada, etc. Tudo isso para marcar a especificidade do ilícito, bem como para discriminar o tipo de vagabundagem em relação à mesma categoria em que incidiam os homens. Vale salientar que, na corrente dessas prisões envolvendo mulheres, que tanta atenção obtiveram das autoridades policiais, haja vista o grande número de ocorrências envolvendo-as, outras motivações como embriaguez, ofensas à moral pública, distúrbios, entre outras, justificavam as prisões quando a prostituição parecia não ser argumento suficiente:

Foram recolhidos a este estabelecimento pelo sub-comissário do Alto do Jacutinga, Belarmina Maria da Silva, Clemência Maria da Conceição, Maria da Costa e sua irmã Joaquina da Costa (gongá), sendo a primeira para averiguações policiais e as três últimas por vagabundas, turbulentas e offensas a uma senhora viúva^{XVI}.

Foram recolhidos a este estabelecimento pelo sub-comissariado do Alto do Jacutinga Benedicta Maria da Conceição por vagabundagem e embriaguez, Cyriaca Maria dos Prazeres, por offensas ao inspector do quartirão e Maria Luiza da Conceição por turbulenta^{XVII}.



Alem dessa modalidade de ilícito, temos ainda outra categoria, na qual as mulheres se viam constantemente envolvidas, qual seja, a “prática da feitiçaria”. A nota a seguir revela a maneira como o tema foi tratado pelas autoridades policiais, os quais diante de alguma impossibilidade legal enquadravam seus responsáveis na modalidade “averiguações policiais”:

Santina de tal, residente na Estrada Nova, foi denunciada ao sub-commissario do 2º distrito de Jaraguá, nosso amigo Pedro Coruripe, de que por meio de feitiço vive constantemente explorando aos incautos, a ponto de comprar objetos por menos do seu valor, dizendo estarem emprestados de feitiçaria. Assim o fez três-antehontem comprando por 10\$000 uma cama de 50\$000, pertencente a uma pobre mulher vizinha. Aquela autoridade mandou detel-a na casa de Detenção^{XVIII}

Um outro dado relativo a esse tipo de prisão e que, não obstante a pratica desse tipo de religião ser comum aos dois gêneros, são raras as situações em que a um babalorixa ou pai de santo era detido. Quando se verificava uma devassa nos terreiros, eram sempre as mulheres as mais punidas:

Havia já muitos dias que o sub-commissario do Alto do Jacutinga, Capitão Braz Carotá esta avisado de que no seu distrito se passava alguma coisa anormal, n'uma reunião fetichista.

Ante-Hontem [24/04], porém, à noite, seriam 2 horas, a mesma autoridade foi avisada de que uma das devotastomara tunda, ficando-lhe o santonas cabeça, o qual não obedecendo às invocações do pagé, endoidecera a rapariga e esta em terrível acesso investira contra a dona da casa armada de mão de pilão e depois azulou mato afora.

A zelosa autoridade, acompanhada de quatro praças da patrulha rondante e de alguns inspectores, dirigiu-se ao local indicado, à rua do Espírito Santo, onde efectivamente, encontrou a casa de Maria Thereza de Jesus, vulgo Bico Doce, vidente e curandeira, ledora dos destinos humanos, que desmancha e faz casamento, n'um esfregar de olhos...

Bico Doce é mestra de Maracatu, solemnidade que se effectua quando há necessidade de falar com o pae, que é o nome da divindade aceita pela gyria boçal della e de seus freqüentadores. A Casa estava cheia de crentes



e é ornada de búzios, de latas, de cabeças (osso) e quanta coisa sugestiva pode obter aquella gente ignara e parva.

O Sr. Capitão Braz Carroatá pôz termo aquela joça, mandando para a cadeia treze devotos, sendo sete homens e seis mulheres entre as quaes a celebre Maria Bico Doce.

Temos informação de que o santo tem estado alli na cabeça de muita rapariguinha, durando no máximo três a quatro dias, em que ellas ficam sonambulas para fins que reclamam seria providencia contra a tal bico doce e seus cumplices^{XIX}

Interessante notar que na coluna Casa de Detenção desse período, cresceu consideravelmente o número de pessoas, principalmente mulheres, que foram “chamadas à presença” dos sub-comissários, para averiguações policiais:

Foram chamadas á presença do sub-commissario do Alto do Jacutinga, o capitão Braz Carroatá os indivíduos Aureliano Gomes da Costa, Manoel Ferreira dos Santos, José da Silva, Maria Farias, Joaquina Bellarmina dos Santos e Josepha da Conceição, para averiguações policiais^{XX}

Foram chamadas á presença do sub-commissario do Alto do Jacutinga, o capitão Braz Carroatá os indivíduos Antonio Aniceto, Manoel de Barros, João Januário de Oliveira, João Fernandes de Lima, Manoel Rodrigues dos Santos, Sebastião Feitosa de Lima, José Antonio, Pedro Guilherme D’annunciação, Maria Thereza de Jesus, Maria da Conceição Costa, Izabel Maria da Conceição, Maria Francisca de Jesus, Laurinda Maria Faustina e Maria Joaquina da Conceição, prática de absurdos, immoralidades e desobediência^{XXI}.

Foram recolhidos os indivíduos: Adolpho dos Santos, para averiguações; Guilhermina Maria da Conceição, Olympia Josepha dos Prazeres, Rosalina Maria da Conceição, Romana Maria do Carmo, todas por andarem em urgia (sic) em alta noite da madrugada, pelas ruas, presas pelo sub-commissario do Alto do Jacutinga; e Bento Francisco por embriaguez.



Foram postos em liberdade Juvêncio da Silva Pontes e Guilhermina Maria da Conceição, Olympia Josepha dos Prazeres, Rosalina Maria da Conceição no mesmo dia^{XXII}

Lembrando que duas das detidas acima, Guilhermina Maria da Conceição e Rosalina Maria da Conceição já haviam sido presas anteriormente pela mesma autoridade embora, como nos outros casos de prisões para averiguações, não tenhamos conhecimento das causas que as motivaram. E como também já havíamos dito antes, é fato que nem todas as detenções feitas sob essa justificativa, estavam relacionadas à prática da feitiçaria, contudo, todas as que se efetuaram por esse motivo, foram enquadrada como averiguações.

Alguns dias depois outro grupo de pessoas foi detido para averiguações policiais, cuja justificativa, como em outros casos, não é explicitada na nota policial, embora pelo fato de ter sido realizada pela mesma autoridade policial, como também por contar entre os detidos, Thereza Maria de Jesus, confirmando ser a mesma pessoa de nota anterior, pela inconfundível alcunha de Bico Doce, somos tentados a acreditar que se tratou de mais um caso de acusação de feitiçaria.

Foram chamadas á presença do sub-commissario do Alto do Jacutinga, o capitão Braz Carotá os indivíduos Antonio José de Souza, Antonio Correia de Araújo, José Gomes, José Joaquim da Costa, Rogaciano Manoel Rodrigues, Thereza Maria de Jesus, vulgo Bico Doce e Antonia dos Santos, para averiguações policiais^{XXIII}

A presença de Maria Thereza de Jesus entre os detidos, já referida anteriormente como “vidente e curandeira”, responsável pela organização de “reuniões fetichistas” no distrito do Alto do Jacutinga, atesta a resistência que muitas casas tiveram que enfrentar na realização dos seus cultos, atendendo as obrigações impostas pelos orixás, em detrimento da represália policial. Na lista de terreiros perseguidos em 1912, fornecida por Abelardo Duarte, não consta qualquer casa de xangô naquele bairro. Felix Lima Junior chega a mencionar a existência de um, na rua da Frente, mas sem identificar seu proprietário. Contudo, se a autuação ocorreu, sua existência se confirma, independente de ter sido ou não noticiado pela crônica local, o que, nesse caso, nos faz supor que sua ausência pode estar associada à sua somenos



importância ou até mesmo a mudança de endereço, fato comum no período, em função mesmo dessas sindicâncias.

A mais grave das devassas de que foram vítima esses templos religiosos, aconteceu em 1912, e implicou na destruição total das casas de feitiço, como foram chamados na época os terreiros de xangô. Essa operação, que se realizou sob os auspícios da Liga dos Republicanos Combatentes, ficou conhecida como “quebra-quebra” e se deu sob a justificativa de que o Governador Euclides Malta buscava naqueles centros, a força para se manter durante tanto tempo no poder. O Jornal de Alagoas publica no período uma série de matérias, onde descreve não apenas o modo como se deu a invasão e destruição dos terreiros, mas também a relação que aquele governador teria com a bruxaria. Não nos estenderemos na análise desse episódio, apenas destacaremos que, entre as tantas arbitrariedades praticadas por aquela associação, com o respaldo de quase duas mil pessoas residentes na cidade, uma merece atenção redobrada, por ter sido o caso mais exemplar da violência sofrida por essa religião, bem como por esse segmento da sociedade que tem entre as mulheres grande representação.

Trata-se da invasão que duzentas pessoas, pelo menos, fizeram ao terreiro de Tia Marcelina, uma das sacerdotisas mais prejudicadas nessa operação, pois além da destruição dos objetos sagrados, ela sofreu também violência física, sendo barbaramente surrada e ferida com um golpe de sabre na cabeça, em razão do qual viria a falecer dias depois:

No meio da pancadaria toda, a tia Marcelina não aceitou fugir (...) a policia veio com um monte de gente gritando. Entraram, todos, invadindo o terreiro e a tia foi para o peji (...) foi assassinada la dentro, no peji, com o sangue correndo no meio da comida do santo. E a tia sustentou. A cada chute que levava do soldado, gemia para xangô (eiô cabecinha!) a sua vingança e, no outro dia, a perna do soldado foi secando, ate que ele mesmo secou todo...^{XXIV}

Segundo Abelardo Duarte, o terreiro fundado por Tia Marcelina seria o mais antigo de Maceió, por ocasião do quebra-quebra, cuja data de fundação remontava a segunda metade do século XIX. No início do século seguinte, até 1912, quando foi destruído, situava-se na rua da Aroeira, nas imediações da atual praça Sinimbú e a tia Marcelina uma das babalorixas mais afamadas da capital, conforme afirma Abelardo Duarte:



Tia Marcelina, africana pura “negra da Costa” (expressão popular), gozava de enorme respeito e estima. Era em Maceió uma espécie de Menininha do Gantois na Bahia. Fora contemplada com a coroa de Dada, irmão mais moço de Xangô, na liturgia africana; da África proviera a distinção que se sagrara. Sobre sua inofensiva e querida pessoa, incorreu talvez a maior ira da “soberania”. No “quebra-quebra” de 1912, teve “a cabeça aberta por um golpe de sabre”. Seus contatos com a Bahia tornaram-se freqüentes e dizem até que viajou à África^{XXV}.

Muitas mulheres depois dela, por terem feito a mesma escolha religiosa, ou por pertencerem à condição social semelhante, também tiveram que passar, senão por violência parecida, pelo menos por constrangimento igual, sem, contudo reduzir ou desistir de praticar suas obrigações para com os santos e orixás. Mas a seqüência dessa história é assunto para outro artigo.

Notas:

I Trechos esporços desse artigo encontram-se publicados na obra organizada por Schuma Schumaker, Gogó de Emas: a Participação das Mulheres na História do Estado de Alagoas. Rio de Janeiro: REDH; São Paulo: Imprensa Oficial, 2004

Professor associado do Departamento de Ciências Sociais e Coordenador do Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Antropologia da Universidade Federal de Sergipe.

II Freyre, Gilberto. Sobrados e Mocambos. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 612.

III A Tribuna. “Mascaras e Mascarilhas”. Maceió, 07/02/1904. Ano IX, nº 2063 p. 2

IV A Tribuna. “Mascaras e Mascarilhas”. Maceió, 28/01/1904. Ano IX, nº 2055. p. 2.

V A Tribuna. “Mascaras e Mascarilhas”. Maceió, 08/02/1907. Ano XII, nº 2937, p. 2.

VI A Tribuna, 13/02/1902 ANO VII, Nº 1502. P. 1.

VII A Tribuna. Maceió, 05/03/1908. Ano XIII, nº 3.246. p. 1).

VIII A Tribuna, Maceió, 18/02/1909. Ano XIV, nº 3.524. p. 1.

IX A Tribuna, Maceió, 21/02/1909. Ano XIV, nº 3.527. p. 1.

X Cf. A Tribuna, Maceió, 08/02/1906. Ano XI, nº 2. 623, p. 1.

XI Correio de Maceió. “As Cornelias alagoanas”. Aceio, 15/11/1911. Ano VI, no. 204, p. 2

XII Lavenere, Luis. Almanack Alagoano das Senhoras. Litterario, Histórico e Estatístico para 1904. Maceió? Livraria Fonseca, 1904.



XIII Dados obtidos em Espíndola, Thomas. Geografia alagoana ou Descrição Física, Política e Histórica da Província das Alagoas. Maceió: Edições Catavento, 2001 [1871] pp. 79/80.

XIV O conceito de “classes perigosas” aqui utilizado é inspirado na expressão criada por Mary Carpenter, no sentido de um grupo social formado à margem da sociedade civil. Segundo essa escritora inglesa, tais classes “Eram constituídas pelas pessoas que já houvessem passado pela prisão, ou as que, mesmo não tendo sido presas, haviam optado por obter o seu sustento e o de sua família através da prática de furtos e não do trabalho (...) indivíduos que já haviam abertamente escolhido uma estratégia de sobrevivência que os colocava à margem da lei” (Chalhoub, Sidney. Cidade Febril. Cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.20)

XV A Tribuna. “Notas Ligeiras”. Maceió, 11/03/1902, nº 1563, ano VII, p. 2

XVI A Tribuna, “Casa de Detenção”. Maceió, 08/07/1903, ano VIII, nº 1901, p. 2

XVII Note-se que grande parte das mulheres detidas tomava como sobrenome, o nome de santas católicas, principalmente o de Nossa Senhora da Conceição, cuja data, 08/12 era muito comemorada em todas as capelas e igrejas da cidade e a qual, nos cultos afro-brasileiros era identificada como Iemanjá. A Tribuna, “Casa de Detenção”. Maceió, 18/07/1903, ano VIII, nº 1910, p. 2

XVIII A Tribuna, Maceió, 07/05/1901 ano VI, nº 1292. p. 2

XIX A Tribuna. “Feiticeiros e feiticeiros”. Maceió, 26/04/1904. Ano IX, nº2124, p.1

XX Tribuna. “Casa de Detenção”. Maceió, 23/04/1904. Ano IX, nº 2122, p.2

XXI Tribuna. “Casa de Detenção”. Maceió, 25/04/1904. Ano IX, nº 2123, p.2

XXII A Tribuna. “Casa de Detenção”. Maceió, 03/05/1904. Ano IX, nº 2130, p.2

XXIII Tribuna. “Casa de Detenção”. Maceió, 24/05/1904. Ano IX, nº 2144, p.2

XXIV Almeida, Sávio. “Uma lembrança de amor para tia Marcelina” in Revista

XXV Duarte, Abelardo. Catalogo Ilustrado da Coleção Perseverança. Maceió: DECA, 1974. p. 19.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Sávio. **“Uma lembrança de amor para tia Marcelina”** in Revista de Letras. Maceió: Edufal, 1980.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril. Cortiços e epidemias na corte imperial.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996

DUARTE, Abelardo. **Catalogo Ilustrado da Coleção Perseverança.** Maceió: DECA, 1974.

ESPINDOLA, Thomas. **Geografia alagoana ou Descrição Física, Política e Histórica da Província das Alagoas.** Maceió: Edições Catavento, 2001 [1871].



FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mocambos. Rio de Janeiro: Record, 2000.** Freyre, Gilberto. Sobrados e Mocambos. Rio de Janeiro: Record, 2000.

LAVENERE, Luis. **Almanack Alagoano das Senhoras. Litterario, Histórico e Estatístico para 1904.** Maceió? Livraria Fonseca, 1904.

SCHUMA, Schumacher. **Gogó de Emas: a Participação das Mulheres na História do Estado de Alagoas.** Rio de Janeiro: REDH; São Paulo: Imprensa Oficial, 2004

Jornais

A Tribuna, Maceió, 07/05/1901 ano VI, nº 1292. p. 2; A Tribuna, 13/02/1902 Ano VII, Nº 1502. P. 1; A Tribuna. Maceió, 11/03/1902, nº 1563, ano VII, p. 2; A Tribuna, Maceió, 08/07/1903, ano VIII, nº 1901, p. 2; A Tribuna. Maceió, 28/01/1904. Ano IX, nº 2055. p. 2; A Tribuna. Maceió, 07/02/1904. Ano IX, nº 2063 p. 2; Tribuna. “Casa de Detenção”. Maceió, 23/04/1904. Ano IX, nº 2122, p.2; Tribuna. Maceió, 24/05/1904. Ano IX, nº 2144, p.2; Tribuna. Maceió, 25/04/1904. Ano IX, nº 2123, p.2; A Tribuna. Maceió, 26/04/1904. Ano IX, nº 2124, p.1; A Tribuna. Maceió, 03/05/1904. Ano IX, nº 2130, p.2; A Tribuna, Maceió, 08/02/1906. Ano XI, nº 2. 623, p. 1; A Tribuna. Maceió, 08/02/1907. Ano XII, nº 2937, p. 2; A Tribuna. Maceió, 05/03/1908. Ano XIII, nº 3.246. p. 1; A Tribuna, Maceió, 18/02/1909. Ano XIV, nº 3.524. p. 1; A Tribuna, Maceió, 21/02/1909. Ano XIV, nº 3.527. p. 1; Correio de Maceió. “As Cornelias alagoanas”. Maceió, 15/11/1911. Ano VI, no. 204, p. 2